



Ecoturismo responsável: valoração econômica de bens e serviços ambientais

Oscar Rodrigo Pessoa Borja

RESUMO

A Valoração Econômica de Bens e Serviços Ambientais é, geralmente, um trabalho técnico por destacar estimativas de valor monetário, gráficos e estatísticas que, na maioria das vezes, são aspectos compreendidos apenas por especialistas. No entanto, poucas vezes se percebe que a valoração ambiental é relacionada a uma forma de raciocinar a realidade, ou seja, a um julgamento de valor sobre o que é prioritário, relevante e o que não merece atenção. Por isso, é preciso ter o máximo cuidado nas chamadas razões não-econômicas, uma vez que a incerteza no julgamento dos agentes econômicos pode gerar consequências irreversíveis aos meios social e natural. Em vista dessa conjuntura, este estudo questiona como a valoração ambiental mensura a responsabilidade por consequências futuras. Em resposta, o presente trabalho propõe uma reflexão teórico-prática do princípio da responsabilidade como norteador de uma reestruturação da economia capitalista, em linhas mais defensáveis ambientalmente. Para analisar as ações e interações das relações dos atores não-estatais com os bens e serviços ambientais, a investigação analisou a responsabilidade socioambiental e a valoração ambiental dos usuários e potenciais usuários de ambientes naturais. Para a validação científica do estudo, foi realizada, de forma intencional, uma pesquisa de campo com entrevistas semi-estruturadas com dezessete (17) agências de viagem e turismo, tendo como pré-requisito serem registradas na Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV/SE e que já atuam ou desejam atuar no Pólo Serras Sergipanas - roteiro turístico Trilhas no ParNa Serra de Itabaiana.

PALAVRAS-CHAVE: Atores não-Estatais; Ética da Responsabilidade; Política Ambiental Internacional; Valoração Econômica Ambiental.

Responsible ecotourism: economic valuation of environmental goods and services

ABSTRACT

The Economic Valuation of Environmental Goods and Services is generally a technical work for focusing on estimates of monetary value, graphs and statistics, which, in most cases, only the experts are capable of understanding. However, it is seldom realized that environmental valuation is related to a way of thinking reality, ie, a trial value, a judgment about what it is priority, relevant and what do not deserve attention. Therefore, one must take the utmost care with the so-called non-economic reasons, since the uncertainty in judging the economic agents may have irreversible consequences to the social and natural environment. Given this situation, this study questions how the environmental valuation measures the responsibility for future consequences. In response, this paper proposes a theoretical and practical thinking about the principle of responsibility as the guiding principle for restructuring the capitalist economy more environmentally defensible. To analyze the actions and interactions of the relationship of non-state actors and the environmental goods and services, the research has examined the environmental assessment and environmental responsibility of the users and potential users of natural environments. For the scientific validation of the study, it was carried out, intentionally, a field research with semi-structured interviews with seventeen (17) travel agencies. The prerequisite was to be registered at the Brazilian Association of Travel Agencies - ABAV /SE, and to work and/or desire to act in Pólo Serras Sergipanas - roteiro turístico Trilhas no ParNa Serra de Itabaiana.

KEYWORDS: Non-state Actors; Ethics of Responsibility; International Environmental Policy; Environmental Economic Valuation

Introdução

O uso excessivo dos biomas mundiais põe em xeque os riscos inerentes às atividades humanas. Considerando a impossibilidade de substitutos para os recursos ambientais, Mota (2001) destaca que o conhecimento sobre a valoração econômica ambiental é cada vez mais requerido ou desejado. Acreditando nesse pressuposto, o trabalho questiona: como mitigar os efeitos das atividades humanas sobre o meio ambiente? Como estimar o valor monetário da Compensação Ambiental a partir de algo que muitas vezes não é capturado? A identificação e seleção dessas questões a serem examinadas têm sido respondidas por meio da aplicação de métodos de valoração econômica de bens e serviços ambientais. Mas, qual a racionalidade nos métodos e pressupostos teóricos sobre valoração, assim como qual o lugar da ética nas características operacionais?

Apesar de esforços na tentativa de estimar preços aos recursos ambientais, os agentes econômicos, na sua relação com a natureza, romperam os ativos ambientais, os quais se tornaram cada vez mais escassos. Então, será que o grande desafio é poder e saber estimar preços monetários aos ativos ambientais para a compensação ambiental? A apropriação dessa realidade, com base no melhor do conhecimento técnico e científico existente, desde a teoria neoclássica do bem-estar e nos limites daquilo que a legislação brasileira permite, poderia ser a mais lógica e notável forma de apreender a realidade. Porém, mensurar economicamente a essência das coisas que nunca são vistas é outro problema, seja em nível teórico ou prático.

Dessa forma, o debate entre economistas e não-economistas tem várias linhas de argumentação que vão desde o processo de tomada de decisão racional até o debate teológico e metafísico. Sem aprofundar esse debate infinito, o estudo discute um campo intermediário na perspectiva ético-filosófica de como validar teoricamente e metodologicamente estimativas valorativas a uma realidade; se é que isso é possível. Ao fazê-lo, o estudo posiciona sua teoria no imperativo ético proposto no trabalho intitulado: *Princípio Responsabilidade* (JONAS, 2006). Vislumbrando novas dimensões da responsabilidade, Jonas (2006) nos introduz o fator causal no complexo sistema global da vida humana.

Para refletir sobre a aplicabilidade dos questionamentos alhures que envolvem a dimensão ética, a pesquisa analisa criticamente as posições de conflito (ACSELRAD, 2004) que impactam as atividades desenvolvidas em espaços naturais, sendo o ecoturismo em unidades de conservação no Estado de Sergipe o ponto focal do estudo (SERGIPE, 2009). Assim, através da análise do significado da exploração das riquezas naturais, a pesquisa reflete sobre as questões essenciais levantadas pela teoria da valoração de bens públicos (MOTA, 2001). Daí surge a necessidade do artigo para compreender o lugar da ética nas características operacionais de valoração ambiental pelos chamados especialistas da sociedade industrial. Desse modo, o artigo questiona como interpretar a relação da atividade ecoturística com os avanços *técnico-científicos* e como avaliar a relação de reprodução e repetição do sistema capitalista em consideração ao julgamento de valor.

No mundo capitalista, seja qual for a decisão quanto ao uso dos recursos naturais

disponíveis no meio ambiente há o envolvimento de estimativas de valor. Sendo assim, o estudo destaca a definição do Valor Econômico Total (VET), apresentando as visões em conflito (ACSELRAD, 2004) entre os agentes econômicos, bem como suas percepções sobre responsabilidade de preservação. Com base nesses pressupostos, o estudo analisa a essência do método de valoração contingente (MVC) (OBARA, 1999) e sua melhor relação custo/benefício para o Meio Ambiente. É nesse ponto que a valoração econômica e a compensação de bens e serviços ambientais podem prestar um relevante papel à política ambiental nacional e internacional no atual estágio da globalização (CALDAS, 1998).

Como toda oportunidade e inovação, a valoração econômica apresenta vantagens e desvantagens. Apesar disso, o estudo acredita que o desafio maior para um compromisso positivo com o risco seja procurar assumi-lo de maneira produtiva e de forma holística, orientado por imperativos éticos de responsabilidade. Diante disso, Jonas (2006) ressalta a máxima: aja de tal maneira que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de autêntica vida humana sobre a terra. Para que a indústria do ecoturismo passe a agir de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida é necessária uma mudança no julgamento da responsabilidade de uso pelos atores envolvidos no processo de desenvolvimento de suas atividades.

Desse modo, o estudo almeja contribuir com informações que possam subsidiar a definição de prioridades de custo-benefício nas escolhas de políticas públicas ambientais que se façam em um determinado país. Espera-se que esse estudo contribua para a análise dos custos sociais econômicos e seus benefícios, de modo a minimizar os impactos negativos das ações dos diversos atores. Por fim, o estudo almeja complementar as metodologias convencionais de escolhas de programas e projetos que envolvam o uso e a alocação de recursos do patrimônio, o que potencializaria a operacionalização de atividades positivas de ecoturismo nos meios social e natural.

Valoração Ambiental

Segundo a racionalidade capitalista, todas as sociedades devem produzir, acumular, consumir, distribuir e trocar, de forma eficiente, para um determinado fim. Como consequência, o benefício da riqueza está acima do seu custo. A conhecida análise custo-benefício (HARLEY; SPASH, 1993) é naturalmente utilizada desde economistas mais conservadores até os mais liberais para responder os problemas que aparentemente são indefinidos. Porém, em um sistema onde o que importa é o princípio do mercado, até que ponto a aplicação do método custo-benefício (ACB) atinge as questões éticas? A natureza, segundo os tradicionalistas, tem uma capacidade restauradora além dos impactos da atividade humana (SIMON, 1984).

Supondo que o julgamento de um tomador de decisão seja próximo da visão tradicionalista, como os investimentos e gastos públicos serão gerenciados? Como esse gestor analisará os benefícios e os custos dos bens públicos? Segundo Mota (2001), a economia tradicional é falha, pois, em sua análise, não leva em consideração a coesão social nas sociedades. Daí a importância de se construir um pensamento de

longo prazo e responsável para conseguir o bem-estar coletivo ou pensamento de bem público. Entretanto, como estimar o valor monetário de bens públicos, a exemplo dos biomas mundiais? Se os bens públicos não têm preço, como valorar as externalidades ambientais negativas ou positivas? Qual o valor disso?

O uso da valoração ambiental é promissor, porém não existe uma classificação universal, uma vez que os métodos de valoração são procedimentos com rigor lógico e teórico que se distinguem pela sua utilização, ou seja, a quantidade de métodos pode ser infinita, apesar de estarem estruturados em duas funções básicas da literatura vigente: (1) a função de demanda (Método de valoração contingente, método custo de viagem¹, método preços hedônicos) e (2) as funções de produção (Método dose-resposta, método custo de reposição, método custo de oportunidade e método gastos preventivos).

Para além da tradição econômica, o estudo questiona: quais são os riscos e as incertezas da aplicação da valoração econômica para os atores Estatais e não-estatais diante dos problemas ambientais contemporâneos? Responder a essa questão não é tarefa fácil, porém uma coisa é fato, a falta de um imperativo ético aliado à globalização econômica (CALDAS, 1998), pura e aplicada, pode ter efeitos ainda mais destrutivos ao ambiente social e natural. Assim, enquanto a ordem global emergente não assumir seus riscos e consequências futuras, as ferramentas metodológicas precisam ter cautela ao apresentarem seus resultados.

A partir dessa distinção inicial, a Valoração Econômica Total (VET), por exemplo, pode ser uma ferramenta que muito contribui para o rigor científico dos trabalhos, porém, caso os atores não consigam sustentar seus princípios éticos, como contragolpe ao capitalismo desenfreado, instrumentos técnicos de controle de políticas ambientais poderão não mais assegurar que as gerações futuras satisfaçam às suas próprias necessidades. Mas, o que significa Valor Econômico Total (VET)? O VET pode ser compreendido como o *valor de uso* (DIRETO), considerado quando o meio ambiente é fornecedor de recursos ao sistema produtivo + *valor de uso futuro* (OPÇÃO), considerado como potencial dos recursos naturais, dos quais as gerações que sucederão à atual possam usufruir + *valor de uso* (EXISTÊNCIA), ou seja, o valor intrínseco na natureza, e esse independe de sua relação com os seres humanos.

Segundo Mota (2001), o VET “significa mensuração da disposição a pagar (DaP) de um conjunto de pessoas, em decorrência do usufruto de um ativo/serviço ambiental; conceito esse que reflete as preferências individuais das pessoas no consumo de bens/serviços naturais” (MOTA, 2001, p. 152). Assim, O VET pode ser representado da seguinte forma:

$\text{VET} = \text{valor de USO} + \text{valor de OPÇÃO} + \text{valor de EXISTÊNCIA}$

A partir dessa distinção inicial, outra ferramenta sobre valoração econômica ambiental pode ser analisada no livro, “O Valor da Natureza” Mota (2001), que destaca os instrumentos de controle de política ambiental, dividindo-os pelas vias legais direcionadas aos atores Estatais e pelas vias diretas e indiretas de incentivos de mercado, direcionadas aos não-Estatais.

Pelas vias legais, Mota (2001) destaca:

- a) Padrões ambientais de qualidade e de emissão;
- b) Controle do uso do solo (saneamento e áreas de proteção);
- c) Licenciamento (estudo de impacto ambiental - EIA/relatório e impacto ambiental RIMA);
- d) Penalidades (multas, compensações etc.).

A vantagem desses instrumentos é que o não cumprimento dos padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais pode acarretar a cobrança de multas. Em contrapartida, o excesso de controle e pouca flexibilidade para os agentes são as desvantagens desses instrumentos.

Pelas vias de incentivos de mercado, Mota (2001) destaca:

Vias diretas

- a) Taxas e tarifas;
- b) Cotas transferíveis;
- c) Subsídios para a produção menos poluente;
- d) Sistemas de restituição de depósitos.

As vantagens são: podem ser estabelecidas cotas de emissão, propiciando maior grau de certeza a respeito dos níveis de emissão; a redução da regulamentação, dando maior flexibilidade aos agentes envolvidos e à redução dos custos de controle e estímulo ao desenvolvimento de tecnologias mais limpas. A desvantagem é que como essas vias de incentivo de mercado podem ser transacionadas entre os agentes, isso não estimula, por exemplo, o desenvolvimento de novas tecnologias mais limpas.

Vias indiretas

- a) Impostos e subsídios para equipamentos;
- b) processos, insumos e produtos;
- c) Subsídios para produtos similares nacionais.

A vantagem deste controle é que exige a instalação de tecnologias limpas que não agredam ao meio ambiente. Os impostos, por exemplo, apresentam a vantagem de atingir a redução dos níveis de emissão. Esse tipo de instrumento suporta as constantes mudanças contingenciais. A desvantagem é que não tem uma legislação regulatória que obrigue seu cumprimento.

Nessa busca, valoração econômica pode ser considerada um uso de apoio na definição de prioridades (custos-benefícios) nas escolhas das políticas públicas ambientais em um determinado país. Porém, para que o Valor Total Econômico (VET) ou qualquer outro método contribua como instrumento para analisar os custos sociais

(econômicos) e seus benefícios sociais (econômicos) é preciso levar em consideração não apenas os valores relacionados ao mercado aparente. É preciso que os métodos avaliem o valor intrínseco de vida existente no planeta presente, considerando o valor do uso futuro. Porém, o problema prático da valoração ambiental é obter estimativas econômicas de bens e serviços ambientais a partir de valores indiretos, tal como o julgamento ético.

Quanto vale a vida humana? Já que a educação pública tem mais valor coletivo que os bens individuais, quanto vale a educação pública de boa qualidade? É preciso se calcular isso para que se possam aumentar os investimentos. Quanto vale a saúde pública de boa qualidade? Qual o valor dos benefícios da conservação da biodiversidade relativamente aos custos da sua conservação? Qual o valor econômico de um parque nacional? Quanto deve ser cobrado daquele que causa um dano ao meio ambiente? Os questionamentos podem ser um quebra-cabeça para o cálculo do valor, por isso uma consistente estrutura teórica é fundamental para compreender o julgamento dos agentes econômicos; bem como suas consequências práticas. Mas, o que poderia servir como bússola para a mudança no julgamento dos atores envolvidos na indústria do ecoturismo? Será que as respostas estariam numa ética em direção a um previsível futuro concreto que, segundo Jonas (2006), encontra-se na dimensão inacabada de nossa responsabilidade?

Princípio Responsabilidade

Dentro da hipótese levantada sobre o problema prático de se estimar economicamente princípios éticos para se chegar a um Valor Econômico Total (VET) desejável, outra problemática surge: se a ética destina-se à ordenação no modo de agir e responsabilidade é dever do agente assumir as consequências de seus atos: como agir eticamente diante do extrato econômico da prosperidade técnica e científica?

Diante de um crescente vácuo ético, um imperativo categórico é apresentado por Jonas (2006), como um novo trato do estado de conhecimento e realização técnico-científico da civilização capitalista com o desenvolvimento das relações presentes e futuras. Na tentativa de considerar o julgamento ético no cálculo do VET é preciso saber o custo das consequências do progresso liberal clássico, como mecânica de partes, ou seja, é preciso montar um raciocínio de custo e benefício a garantir a existência das gerações futuras. Mas diante do crescimento das desigualdades sociais e da destruição ambiental, por onde começar? O estudo voga a reflexão de um imperativo que oriente as visões dos homens presentes, não a um ato consigo mesmo, mas a dos seus efeitos finais, que segundo Jonas (2006) encontram-se na continuidade das gerações futuras.

Para que o princípio da responsabilidade proposto por Jonas (2006) possa fundamentar uma mudança de mentalidade, não apenas técnica, é importante se construir um conjunto de conhecimentos e habilidades de ações que possam ser implementadas pela racionalidade econômica fundada nos mercados. No entanto, como será possível uma mudança de mentalidade? Se utilizarmos uma abordagem construtivista, podemos dizer que a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (BRASIL, 1994) foi inspirada por um conjunto de idéias de cunho liberal.

Nesse sentido, é possível dizer que existe uma mudança de mentalidade. É difícil aferir a mente das pessoas, mas se analisarmos os avanços na edificação de conhecimentos e habilidades, pressupomos que existe uma nova *práxis* ética, embora aplicada a uma forma de vida de curta duração.

Se considerarmos que todo o passado é uma etapa preparatória para o presente, e que o presente é uma etapa para o futuro, podemos dizer que a edificação de novas políticas ambientais, ou seja, *trade* turístico passou a assumir dois papéis quanto ao destino da natureza. No primeiro, os agentes do turismo passaram a perceber a necessidade de assumir a causa de seus impactos negativos, por meio da consciência ou da punição e, no segundo, eles passaram a serem os agentes responsáveis pela transformação desse destino. Ou seja, no momento em que os atores não-estatais passaram a cooperar com a reestruturação da economia política capitalista, nas diferentes ocasiões, os mesmos começaram a perceber os riscos e consequências da própria natureza.

Desse modo, fica evidente a importância do tema responsabilidade para enfrentar as ameaças que ainda estão por vir. Se hoje se observa o aumento nas discussões em torno dos limites dos destinos que o mercado turístico oferece à natureza, é porque a humanidade já vem, há muitos séculos, tendo uma postura predatória quanto ao destino da mesma. Apesar de não existirem garantias da unicidade de resultado quanto à utilização do Valor Econômico Total (VET), o que se pode garantir é que o efeito cumulativo da ação humana na natureza, apresentando as alterações na consciência humana que desequilibram o sujeito do conhecimento do objeto do conhecimento, cria uma crise de paradigmas no ocidente que cega o homem da técnica a encontrar soluções para suas próprias regras e regulamentos.

Comandado pela lógica (verificação da validade dos argumentos correntes) de desenvolvimento de imediatas causas e efeitos progressivos, o sujeito influenciado pelos economistas tradicionais, obstrui seu olhar para os novos paradigmas (MORIN, 1973), pois separou espírito e matéria, filosofia e ciência, cultura e natureza. Então, será que com a proeminência das novas situações de risco e perigos que a humanidade enfrentará, a mente humana se ocupará menos com regras normativas de atuação e mais com a consciência da responsabilidade? O que pode ser difícil com um paradigma pode ser fácil com outro. O que impede o homem de ver novos horizontes? Qual é a atitude que justifica a separação entre ser humano, sociedade e natureza? Para responder a estes questionamentos, é necessário sair do paradigma no qual a racionalidade está assentada e repensá-lo (MORIN, 1973).

Dentro da hipótese levantada sobre o problema prático de se estimar economicamente princípios éticos para se chegar a um Valor Econômico Total (VET) desejável, outra problemática surge: se a ética destina à ordenação no modo de agir e responsabilidade é dever do agente assumir as consequências de seus atos: como agir eticamente diante do extrato econômico da prosperidade técnica e científica? Diante de um crescente vácuo ético, um imperativo categórico é apresentado por Jonas (2006), como um novo trato do estado de conhecimento e realização técnico-científica da civilização capitalista com o desenvolvimento das relações presentes e futuras.

Na tentativa de considerar o julgamento ético no cálculo do VET é preciso saber o custo das consequências do progresso liberal clássico (como mecânica de partes). Ou seja, é preciso montar um raciocínio de custo e benefício a garantir a existência das gerações futuras. Mas, diante do crescimento das desigualdades sociais e da destruição ambiental, por onde começar? O estudo voga a reflexão de um imperativo que oriente as visões dos homens presentes, não a um ato consigo mesmo, mas a dos seus efeitos finais, que segundo Jonas (2006) encontram-se na continuidade das gerações futuras.

Para que o princípio da responsabilidade proposto por Jonas (2006) possa fundamentar uma mudança de mentalidade não apenas técnica é importante se construir um conjunto de conhecimentos e habilidade de ações que possam ser implementadas pela racionalidade econômica fundada nos mercados. Para Jonas (2006) é melhor um Estado possível que um Estado ideal ameaçado. Mas, será possível uma mudança de mentalidade? Se utilizarmos uma abordagem construtivista, podemos dizer que a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (BRASIL, 1994) foi inspirada por um conjunto de idéias de cunho liberal. Nesse sentido, é possível dizer que existe uma mudança de mentalidade. É difícil aferir a mente das pessoas, mas se analisarmos os avanços na edificação de conhecimentos e habilidades, se pressupõe que existe uma nova *práxis* ética, embora aplicada a uma forma de vida de curta duração.

Se considerarmos que todo o passado é uma etapa preparatória para o presente e que o presente é uma etapa para o futuro pode dizer que a edificação de novas políticas ambientais, o *trade* turístico passou a assumir dois papéis quanto ao destino da natureza. No primeiro, os agentes do turismo passaram a perceber a necessidade de assumir a causa de seus impactos negativos, seja por meio da consciência ou da punição e, no segundo, eles passaram a ser os agentes responsáveis pela transformação desse destino. Ou seja, no momento em que os atores não-estatais passaram a cooperar com a reestruturação da economia política capitalista, nas diferentes ocasiões, os mesmos começaram a perceber os riscos e consequência da própria natureza.

Desse modo, fica evidente a importância do tema responsabilidade para enfrentar as ameaças que ainda estão por vir. Se hoje se observa o aumento nas discussões em torno dos limites dos destinos que o mercado turístico oferece à natureza, é porque a humanidade já vem, há muitos séculos, tendo uma postura predatória quanto ao destino da mesma. Apesar de não existirem garantias da unicidade de resultado quanto à utilização do Valor Econômico Total (VET), o que se pode garantir é que os efeitos cumulativos da ação humana na natureza, apresentando as alterações na consciência humana que desequilibram o sujeito do conhecimento do objeto do conhecimento, criam uma crise de paradigmas no ocidente que cega o homem da técnica a encontrar soluções para suas próprias regras e regulamentos.

Comandado pela lógica (verificação da validade dos argumentos correntes) de desenvolvimento de imediatas causas e efeitos progressivos, o sujeito, influenciado pelos economistas tradicionais, obstrui seu olhar para os novos paradigmas (MORIN, 1973), pois separou espírito e matéria, filosofia e ciência, cultura e natureza. Então, será que com a proeminência das novas situações de riscos e perigos que a humanidade enfrentará, a mente humana ocupar-se-á menos com regras normativas de atuação e mais com a consciência da responsabilidade? O que pode ser difícil com um paradigma

pode ser fácil com outro. O que impede o homem de ver novos horizontes? Qual é a atitude que justifica a separação ser humano, sociedade e natureza? Para responder a estes questionamentos, é necessário sair do paradigma no qual a racionalidade está assentada e repensá-lo (MORIN, 1973).

Material e Métodos

Para a realização da pesquisa, foram selecionados e entrevistados, metodologicamente (DENCKER, 1998), dezessete (17) gestores (alta administração) das agências de viagem do Estado de Sergipe. O pré-requisito era serem registradas na Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV-SE e atuarem e/ou desejarem atuar no Pólo Serras Sergipanas, roteiro turístico Trilhas no ParNa Serra de Itabaiana. A alta administração, num sentido amplo, é entendida como o gestor que tem o poder de decisão e/ou de influenciar nas estratégias e políticas da empresa.

O estudo adotou como procedimento metodológico (DENCKER, 1998), o método dedutivo, com abordagem qualitativa que permitiu analisar a ação da indústria de agências de viagens e turismo em ambientes naturais, mas também a percepção ambiental (MAROTI, 1997) dos *stakeholders*². Assim, para validar, cientificamente a pesquisa, analisou-se a percepção da responsabilidade socioambiental dos usuários, efetivos ou em potencial, do Parque Nacional da Serra de Itabaiana (SE).

Tendo em vista adquirir conhecimento do cotidiano e descrever com precisão a materialização dos fenômenos, a pesquisa recorreu à observação participante e à sistemática de campo com (17) gestores (alta administração) das agências de viagem e turismo do Estado de Sergipe. Os selecionados foram entrevistados pessoalmente, entre Fevereiro/2009 e Março/2009. É válido ressaltar que de um total de trinta e sete (37) questões aplicadas na pesquisa de campo, esse artigo selecionou a categoria de significado e uso do ParNa Serra de Itabaiana para verificar o julgamento da alta administração das agências de viagem do Estado de Sergipe e as influências éticas, o que dependendo do caminho metodológico, ilustra uma alternativa para se resolver a montagem conceitual subjetiva do Valor Econômico Total (VET).

O Parque Nacional da Serra de Itabaiana, Sergipe

Partindo do pressuposto legal que os recursos financeiros oriundos da Compensação Ambiental devem ser destinados às unidades de conservação com o objetivo de consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC³, a pesquisa fez um estudo de caso com a Unidade de Conservação ParNa Serra de Itabaiana, o qual é composto pela Serra do Bauzinho, pela Serra Cumprida e pela Serra do Cajaíba. Localizado a 45 km de Aracaju, o ParNa Serra de Itabaiana está ao leste da região nordeste do Brasil, na zona de transição entre o litoral de Sergipe e a vegetação do agreste nordestino. O ParNa Serra de Itabaiana é uma das 19 (dezenove) Unidades de Conservação existentes no Estado de Sergipe; sendo 03 (três) em processo de criação (SERGIPE, 2009).

Segundo os estudos de Sobral *et. al* (2007), as queimadas, as práticas agrícolas, a retirada de madeira, argila e areia, a caça e as trilhas desordenadas são

evidências impactantes que mais se destacam como desafio ao ParNa Serra de Itabaiana. Porém, o estudo observa como grande desafio, para uma gestão efetiva do parque, a questão que vai além dos entraves financeiros, pois o que está em questão é a visão de um grupo social que se coloca como dominante de uma região, gerando grandes impactos aos moradores das localidades e dos destinos.

Resultados

Refletir sobre ética num mundo capitalista, como mecanismo de filtragem dos efeitos do progresso, requer ir além da distinção entre os deveres para com os outros e os deveres para consigo mesmo. Para analisar os deslocamentos operacionais dos atores não-Estatais quanto à discussão da problemática ambiental e, conseqüentemente, como os mesmos narram as responsabilidades, o estudo questiona os protagonistas com a seguinte pergunta: “Você julga que as agências poderiam colaborar com a sustentabilidade do uso do ParNa Serra de Itabaiana? () Não () Sim. De que forma?”

Tabela 1 - Porcentagem e Frequência de citações quanto ao julgamento da responsabilidade sobre o uso do ParNa Serra de Itabaiana.

Categorias	Frequência de ocorrência	%
Pagamento de uma taxa para manutenção do parque	7	38
Conscientizando, educando e orientando os usuários	6	31
Divulgando a região, vendendo o destino aos turistas	6	31
Total	19	100

Dos entrevistados, cem por cento (100%) acredita que as agências de viagem de Sergipe poderiam colaborar com a sustentabilidade do uso do ParNa Serra de Itabaiana. A questão é: como a Valoração Econômica Total (VET) mensura o julgamento de valor em termos econômicos? Partindo do pressuposto que o cálculo de um dano ambiental tende a afetar o bem-estar dos seres humanos em um montante significativamente maior do que apenas reduções do fluxo de bens e serviços, ao estimar o valor para a perda de bens e serviços é importante que se questione não apenas a coisa objetiva, como também a subjetiva, levando-se em consideração que o VET não pode ser calculado em sua totalidade.

Para ilustrar, o estudo questiona qual o VET do dano causado pelo ecoturismo. Alguns poderiam calcular: o Custo do conserto (CC) + Custo do local diretamente danificado (CLDD) + Custo de transporte (CT) + Perda de faturamento do parque, ou seja, Custo de redução da produtividade (CRP). Porém, o problema surge quando do cálculo dos custos subjetivos como o Custo do Julgamento de Valor (CJV) + Custo

aos sentimentos de outros visitantes – (CSV) + Custo de Responsabilidade da Agência (CRA) = VET.

Para compreender os desafios de se calcular os danos das coisas tangíveis (CC+CLDD+ CT+ CRP) e intangíveis (CJV + CSV + CRA) o procedimento ideal é ter um método de todo o mal-estar do dano. Como isso não é possível, o estudo teve como resultado que trinta e oito por cento (38%) acredita que pagando uma taxa para manutenção do Parque eles estariam contribuindo e assumindo suas responsabilidades pelo uso do ParNa Serra de Itabaiana. Contudo, para alguns entrevistados, esse pagamento deveria ser fiscalizado pela associação da classe, como por exemplo, a Associação Brasileira de Agências de Viagem de Sergipe - ABAV-SE.

Antes de mensurar algo é preciso montar conceitualmente o VET a partir do deslocamento da objetividade para a subjetividade. Porém vale ressaltar que o deslocamento do tangível para o intangível não significa que a subjetividade não seja tão importante quanto a objetividade. Assim, segundo a pesquisa, trinta e um por cento (31%) colaboram e/ou colaborariam se responsabilizando pela instrução dos turistas, compensando o dano ambiental através da realização de atividades de educação ambiental com a população local. Nesta mesma porcentagem, trinta e um por cento (31%) dos entrevistados, acredita que divulgando e levando turistas para a região já estão colaborando e assumindo suas responsabilidades com o uso sustentável do ParNa Serra de Itabaiana.

As evidências revelam que apesar da consciência do dano ambiental da atividade ecoturística há um baixo engajamento por parte dos atores, o que impossibilita a projeção de um futuro além da acumulação do capital e dos princípios legislativos. Para muitos críticos, os empresários só se preocupam com o próprio interesse. No entanto, as novas conjunturas internacionais mostram que as empresas que não estão contribuindo para um capitalismo responsável ecologicamente, estão se expondo ao perigo. Como muitos atores não-Estatais ainda não conseguem internalizar os custos ambientais, nem os riscos que possam estar causando ao ambiente, social e natural, uma possibilidade para esse dilema é o mecanismo de intervenção por um sistema regulatório⁴.

Pagamento de uma taxa para manutenção do parque

Optou-se, na pesquisa, pelo método experimental ou Método de Valoração Contingente (MVC)⁵ (OBARA, 1999) por ser uma forma direta de valorar os benefícios ambientais considerados de não-uso (valores de opção, valores de existência e valores de herança) e por aproximar-se da percepção ambiental (MAROTI, 1997). Com relação à disposição a pagar (DaP), a tabela abaixo (tabela 2) mostra a porcentagem (mensurada) em situação hipotética em uma situação real de quanto os entrevistados estão Dispostos a Pagar (DaP) anualmente (em Reais) para conservação do ParNa Serra de Itabaiana. Segundo dados do estudo, cem por cento (100%) dos entrevistados (17 gestores) respondeu que estariam dispostos a pagar. No início da

entrevista, as perguntas para estimar o preço e o valor do Parque Nacional causaram desconforto aos respondentes, por questões que envolvem dilemas éticos e morais. Contudo, todos responderam a esta pergunta após serem apresentados aos benefícios auferidos pelos usuários dos recursos naturais por meio de suas disposições a pagar (DaP).

Tabela 2 – Disposição a Pagar (DaP) anual (em Reais).

DaP (R\$) Anual	Nº de entrevistados	%	% Acumulada
3,00	01	6,0	6,0
5,00	08	47,0	53,0
8,00	01	6,0	59,0
10,00	06	35,0	94,0
12,00	01	6,0	100,0
Total	17	100	-----

O Método de Valoração Contingente (MVC) (OBARA, 1999) busca exatamente extrair desses dados a DaP através do questionamento direto e estruturado metodologicamente, estimando as medidas de bem-estar de acordo com as peculiaridades. Assim, parte dessas peculiaridades podem ser medidas através da DaP, em princípio, o que nos proporciona perceber que a aceitação da compensação ambiental pelo sistema capitalista vem vagarosamente reconhecendo a interdependência entre o uso do capital e o fornecimento do capital. No capitalismo tradicional, a riqueza acumulada está se tornando mais importante que o próprio capital. Estima-se que nas últimas três décadas, consumiu-se um terço dos recursos da Terra.

Buscando pensar mais responsabilmente na emancipação em longo prazo da perpetuação da espécie humana na Terra, descobre-se que os gestores estão dispostos a pagar R\$ 5/ano para a conservação da biosfera do ParNa Serra de Itabaiana e entorno. Será que atribuindo R\$ 5/ano ao planeta as gerações futuras poderão usufruir do planeta Terra? Dentro desta crise perceptiva (CAPRA, 1993), trinta e um por cento (31%) dos entrevistados acredita no uso do ParNa Serra de Itabaiana para Educação Ambiental como forma de emancipar as estruturas sociais, as atitudes, as mentalidades e os valores dos visitantes. Contudo, quando perguntado sobre quais foram os projetos educacionais implementados nos últimos anos, nenhum empresário soube responder.

Para prevenir futuros danos ao meio ambiente e servir como mecanismo de educação ambiental, caso houvesse uma efetiva administração dos recursos no ParNa Serra de Itabaiana, o valor médio da Disposição a Pagar (DaP) pelos gestores entrevistados foi de aproximadamente R\$ 5/ano. É difícil mensurar preços de mercado à qualidade do ar ou da água, porém uma coisa é fato: para garantir a sobrevivência das espécies, os direitos das futuras gerações e o sucesso da inter-relação de cooperação e diálogo dos gestores com as lideranças do ParNa Serra de Itabaiana, torna-se necessário uma escala de valor muito diferente do capitalismo convencional.

Conscientizando, educando e orientando os usuários

Assumir responsabilidades com o uso sustentável do meio ambiente é um novo paradigma para a educação nacional e internacional. Esse desafio só será superado quando os atores compreenderem que ninguém pode escapar ao risco. Segundo Pedrini (2006), a prática do ecoturismo com a Educação Ambiental é o desejado. Contudo, apenas trinta e um por cento (31%) dos entrevistados, acredita que a educação ambiental (EA) pode contribuir para a conservação do ParNa Serra de Itabaiana. Esse dado comprova uma tendência crescente das atividades empresariais com o aprimoramento educativo através de parcerias que garantam a sustentabilidade da solidariedade e a integração social nas várias interconexões que dão bases sociais, culturais e econômicas à sociedade contemporânea.

Com a emergência de novos paradigmas para as proposições que fundamentam a compreensão da relação entre as desigualdades ambientais, econômicas e sociais, os métodos de valoração econômica de bens e serviços ambientais apresentam vantagens e deficiências. Dentre as principais vantagens enquanto a consciência humana não percebe os impactos (riscos) decorrentes das ações antrópicas, a valoração econômica de bens e serviços ambientais pode prestar um relevante papel para a preservação dos recursos naturais e culturais. Por isso é preciso que as agências de viagem reflitam sobre as suas capacidades de planejamento em relação ao outro, entre nós e em todo o planeta, à sombra das relações de ensino-aprendizagem do meio ambiente, dando uma visão ampla sobre a importância da sustentabilidade dos processos educativos na implementação de ações no contexto empresarial.

Divulgando a região, vendendo o destino aos turistas

Para que o ParNa Serra de Itabaiana atenda aos interesses públicos de forma a cumprir adequadamente os recursos econômicos pagos pelos gestores anualmente, trinta e um por cento (31%) dos entrevistados acredita que vendendo o destino ParNa Serra de Itabaiana poderiam colaborar com mais recursos para a sustentabilidade da região. Por outro lado, é difícil precisar a efetividade dos gastos para a redução do problema ambiental analisado.

Essas dificuldades com a aplicação do Valor Econômico Total (VET) têm diminuído à medida que o uso de métodos de valoração econômica avança. Porém, é preciso prosseguir com o debate sobre as diferentes percepções de mundo, bem como estas oposições, tensões e contradições são relevantes para oportunizar novas ferramentas de planejamento estratégico para a preservação dos recursos ambientais. Do confronto desses agentes econômicos que se encontram em oposição aos caminhos de outro ator, novos valores de aplicação alternativos poderão ser escolhidos para maiores potencialidades de respostas às situações efetivamente geradoras de conflito.

Para priorizar o que realmente é considerado urgente para a implementação de ações, o estudo analisou duas categorias relevantes para enfrentar as situações

problemáticas de ganhos em termos de bem-estar social. Segundo o autor Acsehrad (2004) o conflito ambiental pode gerar duas categorias: durabilidade e interatividade. Na durabilidade, o conflito tem como plano argumentativo a apropriação material como um critério de legitimação das práticas do território de uso dos recursos. A interatividade, também descrita como externalidade dos conflitos ambientais, é demonstrada opondo-se aos atores sociais por causar efeitos indesejáveis de uma prática sobre outra prática.

Conclusão

O estudo constata que os componentes indispensáveis à vida no planeta não estão dando conta da demanda, o que afiora imediatamente uma série de questionamentos: seria a DaP a melhor forma de se refletir a disposição a pagar pelo uso dos serviços e bens ambientais? Qual a legitimidade de suas estimativas? Qual a eficiência da aplicação de entrevistas semi-estruturadas para captar o intangível? Qual a consistência teórica do Valor Econômico Total VET? Qual a validade das respostas obtidas? É melhor um Estado possível saudável a um Estado ideal ameaçado? Questões como essas motivam novos debates. Contudo, enquanto não se têm consensos, soluções de muitos problemas da sociedade complexa poderiam existir se os agentes econômicos se antecipassem a um cenário de escassez de matérias primas.

Enquanto os cenários são construídos para incentivar o planejamento estratégico é preciso que os agentes econômicos percebam os riscos de se perder o fluxo vital que sustenta a existência dos sistemas vivos. Isso sugere uma dose de precaução tanto na obtenção de estimativas quanto na sua implementação, sejam políticas públicas ou decisões judiciais. Ressaltando essa precaução, nos alinhamos com Jonas (2006) na argumentação de que refletir as complexas interrelações econômicas e suas consequências possui dificuldades e limitações. Porém, o processo de tomada de decisão deve considerar a responsabilidade com as necessidades de sobrevivência de cada membro da sociedade presente e futura. Desse modo, pode-se chegar à conclusão que os modelos técnico-científicos são relevantes devido à grande quantidade de dados que envolvem o cálculo do Valor Econômico Total VET, mas o que gera o peso significativo para a tomada de decisão é o conjunto de valores subjetivos na percepção dos agentes econômicos.

Para compreender a construção de um novo paradigma holístico da complexidade (MORIN, 1973) parte-todo, vislumbrando um possível posicionamento dos atores perante as questões relativas aos recursos naturais, é importante que as percepções dos atores, para a superação desumanizada do atual modo (Mais Valia) de produção capitalista, seja um movimento de totalização. O reconhecimento do campo dos conflitos evidencia o futuro da humanidade a uma forma de abordagem dos problemas econômicos dependente do arcabouço da perspectiva analítica hegemônica do capitalismo internacional. É nesse campo que se situam as oportunidades e possibilidades de uma nova proposta ética, política e pedagógica na construção de novos paradigmas de desenvolvimento local/global.

Para que um simples olhar refletido no espelho incentive o rompimento do desassossego mental que os atores não-Estatais modernos potencializam nos paradigmas onipotentes do capitalismo, seria necessário ir além da razão indolente. Se o indivíduo moderno é determinado, universalmente, como uma unidade do mundo, como aprender a questionar-se reflexivamente sobre o mundo atual e o mundo futuro à luz que clareia a obscuridade da responsabilidade do saber ambiental (LEFF, 2001)? Este é o grande desafio

da viabilidade da emancipação da percepção ambiental (MAROTI, 1997) que busca o conhecimento eticamente responsável das coisas.

Chamando a atenção para as ameaças às quais a humanidade enfrenta, o princípio da responsabilidade torna-se um norte para os atores resgatarem suas responsabilidades com as gerações futuras. Mediante a experiência do conhecimento acumulado da humanidade, na busca pela luz no caminho harmônico do eclipse pensamento-ação, o princípio responsabilidade (JONAS, 2006) é uma possibilidade de atribuir aos mercados novos conhecimentos, que levarão à quebra dos paradigmas endógenos do imediatismo. Nesse sentido, o estudo conclui que assumir responsabilidades com o uso sustentável do meio ambiente é um novo paradigma para a política econômica ambiental internacional (DRYZEK, 1997) e esse desafio só será superado quando a percepção dos atores compreenderem que ninguém pode escapar ao risco. Por isso, é preciso assumir responsabilidades com o uso sustentável dos recursos naturais.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.
- BRASIL. **Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo**. Brasília: Ministério da Ind. Com. E Turismo – MICT; Ministério do Meio Ambiente, 1994.
- BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)**. Brasília: MMA/DEA, 2005.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. 8. Reimprimir. São Paulo: Atlas, 2006.
- HANLEY, Nick e Clive L. SPASH. **Cost-Benefit Analysis and the Environment**. Hants, Inglaterra: Edward Elgar, 1993.
- JOHN DRYZEK: **The Politics of the Earth**. Oxford: Oxford University Press, 1997, p.145
- JONAS, H. **O Princípio Responsabilidade**: ensaio de uma Ética para a civilização tecnológica. RJ: Contraponto / PUC-RIO, 2006.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3ed. Petrópolis: Vozes. 2001 .
- MORIN, E. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 4. ed. Portugal: Nova América. 1973
- MOTA, J. A. **O Valor da Natureza**: economia e política dos recursos naturais. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.
- OBARA, A. T. Valoração econômica de unidades de conservação método de valoração contingente – caso de estudo: Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio – São Paulo). 1999. **Tese** (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais), - PPG-ERN, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.
- PEDRINI, A. de G. **Avaliação da Educação Ambiental no Ecoturismo** (com Trilhas): Uma Proposta Metodológica de Qualidade Conceitual. Revista OLAM – Ciência e Tecnologia -, Rio Claro (SP), v. 7, n. 2, p. 83-106, dez/2006.

SERGIPE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). **Unidades de Conservação**. Disponível em: < <http://www.semarh.se.gov.br> > Acesso em: 29 jun. 2009.

SOBRAL, I. S. ; SANTANA, R. ; GOMES, L. J. ; RIBEIRO, G. ; SANTOS, J. R; COSTA, M. **Avaliação dos impactos ambientais no Parque Nacional Serra de Itabaiana, SE**. Revista Caminhos da Geografia, v. 8, 102-110, 2007.

Notas

¹É válido ressaltar que o único método que surge na área ambiental é o custo de viagem. Esse método é pensado pelo diretor dos Serviços de Parques dos Estados Unidos, o economista Harold Hotelling.

²Estão incluídos entre os *stakeholders* os funcionários, gestores, proprietários, fornecedores, clientes, credores, Estado, sindicatos e diversas outras pessoas ou entidades que se relacionam com a atividade em tela.

³Art. 36 da Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000 que institui o SNUC e regulamentado pelo Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002, alterado pelo Decreto nº 5565/2005. Merece destaque o texto do § 1º do art. 36 da Lei nº 9985/2000: “o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento”.

⁴Mota (2001) afirma que “os instrumentos regulatórios são um conjunto de normas, regras, procedimentos e padrões a serem obedecidos pelos agentes econômicos de modo a adequar-se a certas metas ambientais, acompanhado de um conjunto de penalidades previstas para os recalcitrantes” (MOTA, 2001, p.125).

⁵Esse método foi utilizado a partir da década de 60, pelo economista Robert K. Davis e hoje é uma das principais ferramentas de valor econômico de bens e serviços ambientais que não apresenta um valor no mercado, mas as preferências ou gosto das pessoas quando elas vão ao mercado dispostas a pagar uma quantidade específica (DaP).

Oscar Rodrigo Pessoa Borja : Universidade de Brasília

Email: borja@unb.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6530041204753512>

Data de submissão: 06 de junho de 2010.

Data do aceite: 05 de setembro de 2011.